

## ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO?

BIAGINI, Diones da Silveira<sup>1</sup>; VIRGOLIN, Isadora W. C<sup>2</sup>; SILVA, Enedina Teixeira<sup>3</sup>; ARAUJO, Rozali<sup>4</sup>.

**Resumo:** Este trabalho discute as características envolvidas na percepção e no desenvolvimento de uma nova forma de pensar e dirigir a economia, onde a cooperação, a coletividade, a solidariedade e a sustentabilidade estejam norteando a organização e o avanço da economia solidária. Além disso, são trazidas perspectivas para essa nova forma de perceber as ações autogestionárias e como estas podem avançar no âmbito econômico, científico e tecnológico atual.

**Palavras-chaves:** Economia Solidária. Estratégia de Desenvolvimento. Autogestão. Sustentabilidade.

**Abstract:** This work discusses the challenges involved in the perception and the development of a new way of thinking and direct the economy where cooperation, collectivity, solidarity and sustainability are guiding the organization and the advancement of social economy. Moreover, they are brought prospects for this new way of perceiving the self-management actions and how they can advance the economic, current scientific and technological level.

**Keywords:** Solidarity Economy, Development Strategy, Self-Management, Sustainability

### INTRODUÇÃO

A economia solidária (ES) nasce sob a forma de cooperativismo a partir da necessidade de resgatar as lutas de trabalhadores no início do século XIX contra o capitalismo industrial, o qual foi o causador do empobrecimento dos artesões em consequência do aumento de máquinas e da organização da produção em fábricas.

Segundo Santos (2002, p. 83): “A Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao

---

<sup>1</sup> Jornalista do Projeto Profissão Catador, executado pela Universidade de Cruz Alta e patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental. E-mail: diones@unicruz.edu.br.

<sup>2</sup> Assistente Social, docente na Universidade de Cruz Alta, coordenadora do Projeto Profissão Catador II, patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental. E-mail: ivirgolin@unicruz.edu.br.

<sup>3</sup> Economista, docente na Universidade de Cruz Alta, coordenadora do Projeto Profissão Catador II, patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental. E-mail: eteixeira@unicruz.edu.br.

<sup>4</sup> Administradora de Empresas, coordenadora do Projeto Profissão Catador II, patrocinado pelo Programa Petrobras Socioambiental. E-mail: rozali@unicruz.edu.br

desemprego resultante da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX”.

Nessa perspectiva surge a economia solidária objetivando um desenvolvimento econômico e social indissociável. A ES começou a ressurgir no Brasil na década de 80 e cresceu a partir da segunda metade dos anos 90, como resultado de movimentos sociais reacionários à crise econômica e de desemprego em massa que teve início em 1980 e se agravou a partir de 1990 com a abertura do mercado interno às importações.

Quando se fala em economia solidária torna-se imprescindível ressaltar a contribuição de Paul Singer, um dos pensadores do Socialismo Utópico, cuja origem do Cooperativismo é atribuída, e foi essencial para o surgimento da Economia Solidária. Para Singer (2000, p. 13) a economia solidária surge

como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre a posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados utópicos da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento.

Singer (2002) destaca ainda a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária. Para ele, a principal diferença está no modo como as empresas são administradas. A economia capitalista aplica a chamada heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre as quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Já a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão.

Atualmente, o movimento de economia solidária encontra-se em expansão no Brasil e na América Latina e de forma cada vez mais organizada. Com os pressupostos de geração de renda e trabalho – cooperativo, coletivo, solidário e sustentável, as redes solidárias têm como objetivo modificar o atual cenário do desenvolvimento econômico capitalista, bem como das relações interpessoais e ambientais.

## **O processo de Institucionalização da economia solidária: alguns desafios e perspectivas**

A institucionalização de políticas públicas de Economia Solidária é uma das estratégias principais para consolidar o tema na agenda política das três esferas de governo, visando a sua permanência como política de Estado (BRASIL, 2012).

O momento da economia solidária no Brasil é de expansão e a partir desse efeito amplificador é possível incluirmos a promulgação de leis tanto estaduais quanto municipais, a criação de Secretarias e Departamentos (locais e estaduais), avanços na institucionalização com a constituição de Centros Públicos de Economia Solidária, entre outras.

A primeira conquista institucional do movimento de economia solidária foi conseguida por meio do Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que institui a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em decorrência da aprovação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

As políticas de ES se apoiam necessariamente sobre diferentes formas de articulações. Nesse sentido, uma estratégia assumida pela SENAES é o fortalecimento do diálogo com as organizações da sociedade civil, sobretudo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a expansão das articulações com outras políticas públicas federais, estaduais e municipais. A SENAES realizou importantes diálogos com órgãos do Governo Federal, estaduais e municipais, ampliando as políticas públicas de Economia Solidária no Brasil.

De fato, os efeitos amplificadores das políticas públicas de ES é uma realidade que evoluiu muito nos últimos anos, porém, mesmo com os avanços conquistados até o momento, há desafios estruturais e institucionais que permanecem e necessitam ser encarados para que a economia solidária se consolide enquanto estratégia de desenvolvimento. De fato, existe o reconhecimento por parte do Governo brasileiro de que existem outras maneiras de se produzir e gerir as relações trabalhistas que não as convencionais e definidas pela lógica do capitalismo, porém, o mesmo Governo se mostra fortemente condizente com as coações capitalistas. Um exemplo disso são os Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS) que enfrentam muitos obstáculos institucionais que restringem a plena expansão de suas atividades.

## **A Economia Solidária e os catadores de materiais recicláveis: Um exemplo de Inclusão social**

As classes marginalizadas por conta da idade, da falta de qualificação, discriminação de raça ou gênero são excluídas socialmente do mercado capitalista. Segundo Esteves (2011) a economia solidária, por sua vez, procura incluí-las, por meio das organizações produtivas solidárias, entendendo o trabalho como uma questão central nas relações sociais e possibilitando outro entendimento de sociedade, onde a inclusão social acontece a partir da inclusão pelo trabalho.

Diante desse contexto, todas as classes sociais são compreendidas como iguais, pela economia solidária, adquirindo as mesmas oportunidades frente aos processos cooperativos propostos.

Os catadores são oriundos de uma massa de desempregados que por suas características sócio econômicas não conseguem a inserção no mercado de trabalho formal. A partir da década de 90, esses trabalhadores passam a ter mais visibilidade o que faz com que surjam processos organizacionais de trabalho coletivo em associações ou cooperativas. Os catadores de materiais recicláveis caracterizam-se como uma categoria de trabalhadores em processo de reconhecimento e expansão.

Em 2004, identifica-se um número de 500 mil trabalhadores nesta categoria e, atualmente, estima-se que mais de 1 milhão de pessoas vivem da catação. A organização destes trabalhadores parte da formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) em 1999.

O MNCR representa os catadores organizados em associações ou cooperativas. A organização associativa dos catadores fundamenta-se na autogestão que

Surge como um modelo de gestão alternativa, que penetra nos campos das práticas sociais e políticas, frente a uma estrutura social, político e econômica sustentada na exploração, na alienação e na desigualdade de classes (MARTINS; SGUAREZI; LUCONI JUNIOR. 2009, pág. 68).

Na autogestão, o foco principal do processo produtivo é o trabalhador. A gestão do trabalho ocorre com a participação deste na elaboração dos objetivos, regras e resultados que direcionam as atividades, ou seja, o trabalho.

O Projeto Profissão Catador, é um exemplo da combinação entre economia solidária e inclusão social. É patrocinado pelo Programa Petrobrás

Socioambiental e é executado pela Unicruz (Universidade de Cruz Alta) como um de seus projetos de extensão, sendo conveniado com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal e conta com a parceria dos municípios de Cruz Alta, Salto do Jacuí, Júlio de Castilhos e Tupanciretã.

As atividades do projeto Profissão Catador articulam-se principalmente, às ações de proteção social desenvolvida pelas secretarias municipais que incluem a oferta de programas e projetos de inclusão produtiva e enfrentamento a pobreza. O Projeto Profissão Catador, contribui positivamente na inclusão das famílias participantes do Projeto em programas sócios assistenciais e em parcerias com organizações do terceiro setor para o atendimento de problemas inerentes a condição de vulnerabilidade social das famílias.

Além disso, o Projeto possibilita a capacitação instrumental desse profissional, bem como fornece uma formação política para que os trabalhadores participem frequentemente nas instâncias participativas (conselhos, orçamento participativo, movimento nacional dos catadores).

### **Tecnologia social e a economia solidária**

As tecnologias sociais são metodologias que podem ser replicadas e contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Segundo Dagnino (2004, p. 194), são tecnologias “capazes de viabilizar economicamente empreendimentos autogestionários”. Para Rodrigues e Barbieri (2006, p. 1075)

(...) a tecnologia social implica na construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas, a exemplo de muitas propostas das diferentes correntes da tecnologia apropriada.

Segundo o Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004:130), a tecnologia social pode ser definida como “um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida”.

O projeto Profissão Catador II, projeto de extensão da Universidade de Cruz Alta (Unicruz), recebeu recentemente a informação de certificação do prêmio Banco do

Brasil de Tecnologia Social 2015. Esta é a segunda vez que o projeto é contemplado com o certificado. Em 2013, o Profissão Catador passou a ser referência em Tecnologia Social.

O Prêmio da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social foi criado em 2001 e é o principal instrumento de identificação e certificação de tecnologias sociais que compõem o Banco de Tecnologias Sociais (BTS). Realizado a cada dois anos, o Prêmio tem por objetivo identificar, certificar, premiar e difundir tecnologias sociais já aplicadas, implementadas em âmbito local, regional ou nacional, que sejam efetivas na solução de questões relativas à alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde.

Um dos exemplos de organização e tecnologia social construído por meio do Projeto é a confecção de vassouras pets, feitas com máquinas artesanais, que não consomem energia elétrica e ainda reaproveita os pets que iriam para o “lixo”.



**Figura1:** Imagem da máquina artesanal para confecção de vassouras pets.

### **Equidade econômica e sustentável: Aproximações entre os pressupostos da Economia Solidária e a Sustentabilidade**

Desde seu surgimento, a economia solidária está acompanhada por um conjunto de princípios que incluem o respeito pelo meio ambiente, a qualidade dos produtos, a preocupação com o bem estar da comunidade e a preferência pelos empreendimentos locais. A sustentabilidade torna-se intrínseca na economia solidária e pode ser concebida como

[...] a promoção do crescimento das forças produtivas e da produtividade ambientalmente equilibrada, com a construção de novas dinâmicas de geração e de redistribuição social das riquezas. Sob a ótica da



sustentabilidade, os objetivos estratégicos das atividades econômicas deveriam ser a elevação da produtividade global, incentivando atividades produtivas adaptadas às condições ecológicas territoriais, baseando-se na utilização racional dos recursos naturais e na valorização do trabalho humano. Expressa, portanto, uma nova racionalidade, que valoriza as formas de produção apropriadas aos ecossistemas como potenciais para um crescimento econômico equitativo e sustentável (SILVA, 2011).

Resoluções da I CONAE apresentam uma proximidade dos princípios da sustentabilidade com as práticas e os valores da economia solidária na medida em que ela permite o resgate e a valorização das formas de trabalho. Assim, a Economia Solidária ao reorganizar processos econômicos e cadeias produtivas,

se converte ao mesmo tempo em uma dinâmica de desenvolvimento endógeno (a partir de dentro), autogestionário, solidário e sustentável, fazendo dos agentes locais, os atores privilegiados e responsáveis pelo desenvolvimento local, territorial e regional, considerando e ampliando as capacidades locais ou territoriais, numa estratégia nacional de desenvolvimento (I CONAES, Resolução n. 18)

É importante destacar que quando o ator que trabalha em determinada atividade econômica também é o dono do empreendimento, o consumidor da produção e o morador desse local, constrói-se outra relação com a comunidade local e a organização das estratégias de desenvolvimento passam a ter outras finalidades que não apenas o lucro.

Com a consciência ecológica como um dos pressupostos da economia solidária, esta por sua vez, surge como uma das possíveis soluções viáveis para tornar a produção de bens e serviços verdadeiramente sustentáveis. A economia solidária sugere um modo distinto não só de produção, mas também de distribuição, consumo, finanças e crédito. As iniciativas solidárias são desafiadas a construir uma nova forma de trabalhar e se desenvolver, tendo na autogestão, na cooperação e na solidariedade, os seus princípios básicos.

Considerando a perspectiva da sustentabilidade ambiental, se entende por meio ambiente saudável, o equilíbrio das dimensões ambientais, econômicas e sociais. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável desloca a óptica da competição pela cooperação.

Diante disso, a Economia Solidária consolida-se não apenas como um movimento socioeconômico, mas como um exemplo estratégico de desenvolvimento, apresentando características que suprem a todos os pontos citados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a economia solidária encontra-se em expansão no Brasil, em especial, dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis. As iniciativas econômicas solidárias vêm sendo encaradas como estratégias dinâmicas para atividades de desenvolvimento local e territorial sustentável, na perspectiva de incitar a coesão social e a preservação da diversidade ambiental e cultural.

Atualmente, há duas esferas principais que emergem do processo de concretização de cooperativas e outras formas de economia solidária: uma dimensão econômica, enquanto atividades que proporcionem meios de vida aos seus participantes e uma dimensão política, como organizações coletivas com práticas democráticas, cooperativas e autogestionárias.

Porém, mesmo com os avanços conquistados até o momento, há desafios estruturais e institucionais que permanecem e necessitam ser encarados para que a economia solidária se consolide enquanto estratégia de desenvolvimento.

Um dos maiores desafios da economia solidária é a ‘descontaminação’ cultural de uma grande parte dos trabalhadores que se encontram com os ideais do capitalismo enraizados em suas perspectivas de trabalho. A implantação de uma cultura de autogestão demanda tempo, uma vez que, muitos trabalhadores carregam o modelo capitalista de trabalho em suas histórias de vida.

## Referências

BRASIL, 2012. **Avanços e Desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010**. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Brasília, 2012.

I CONAES. Ia CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Anais**. Brasília: SENAES/MTE, 2006.

DAGNINO, R. **A tecnologia social e seus desafios**. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: 2004. p. 187-210.

ESTEVES, A.G. **Economia solidária e empreendedorismo social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho**. *O Social em Questão - Ano XIV - n° 25/26* – 2011.



MARTINS, Elei Chavier; SQUIREZI, Sandro Benedicto; LUCONI JR., Wilson. **Processos grupais e autogestão:** uma análise acerca dos empreendimentos associativistas na Gleba Triangulo em Tangará da Serra – MT. Unemat, 2009.

RODRIGUES, I. , BARBIERI, J. C. **A emergência da tecnologia social:** revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. RAP, São Paulo, 2010.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil** 2005. MTE, SENAES, 2006.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil:** avanços, desafios e perspectivas. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de ciências Sociais, Salvador, 2011.

SINGER, Paul Israel; DE SOUZA, André Ricardo (Ed.). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. Editora Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. (2002). **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA (UNICRUZ). Projeto Profissão Catador: entre o viver e o sobreviver do lixo. Cruz Alta, 2011.